



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARARÉ
Secretaria de Finanças
Departamento de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO N º 27/2020

Aquisição de medicamentos (Portaria 1.555/13, Remume e Mandado Judicial) RETIFICADO

E-mail: licitanf@itarare.sp.gov.br, para envio da documentação.

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Itararé - SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiariamente o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, em conformidade com o Decreto Municipal nº 151, de 02 de outubro de 2017, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09 horas do dia 19/03/2020.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 09 horas do dia 31/03/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 10 horas do dia 31/03/2020.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

CUSTO ESTIMADO: **R\$ 1.615.525,68 (um milhão, seiscentos e quinze mil, quinhentos e vinte e cinco reais e sessenta e oito centavos).**

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de medicamentos (Portaria 1.555/13, Remume e Mandado Judicial), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características constantes do Anexo I – Termo de Referência.

1.2. A licitação será dividida por item, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2020, na classificação abaixo: 498.02.301.28, 595.09.304.1 Federal Fundo a Fundo, 497.02.304.03 Estadual, 496.03.310.00 Municipal e 496.02.300.116 Municipal.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

3.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

3.3. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

3.4. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão para licitar ou contratar no âmbito da administração municipal.

3.4.1. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso. Referido Plano deverá ser apresentado junto da documentação de habilitação.

3.5. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

3.6. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregoão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil (ANEXO III)

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil (ANEXO VI) e

c) Especificações dos medicamentos objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do pregoeiro no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante. “A empresa participante do certame não deve ser identificada”. Decreto 5.450/05 art. 24, parágrafo 5º.

3.7. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil (Anexo IV).

3.8. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo VIII para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. (Art. 44 e 45 da LC 123/2006).

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) Conduzir a sessão pública;

b) Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

c) Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

d) Coordenar a sessão pública e o envio de lances;

- e) Verificar e julgar as condições de habilitação;
- f) Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- g) Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- h) Indicar o vencedor do certame;
- i) Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- j) Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- k) Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

4.2. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

4.3. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES:

4.3.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 3.6 “a”, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.

4.3.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.3.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.3.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.

4.3.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.3.7. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

4.3.8. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da

inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

4.3.9. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3.10. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.3.11. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3.12. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.12.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.12.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.12.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.12.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.12.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso. Referido Plano deverá ser apresentado junto da documentação de habilitação;

4.3.13. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600, ou através da Bolsa de Licitações do Brasil ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário;
- b) Marca, vedada à utilização do termo “similar”;
- c) Fabricante;
- d) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência
- e) Dados cadastrais;
- f) Assinatura do representante legal;
- g) Indicação obrigatória do preço unitário, por item, e total, em reais;
- h) Indicação dos números do CNPJ e de inscrição estadual;
- i) Cargo do representante;
- j) E-mail institucional;
- k) E-mail pessoal;
- l) Declaração de que os medicamentos ofertados atendem a todas as características e exigências do Edital, em especial do Anexo I – Termo de Referência e que são novos, sem uso e não são, de forma nenhuma, resultado de recondicionamento, reaproveitamento.
- m) Declaração, atestando que, se vencedora desta licitação, compromete-se a entregar seu objeto dentro das condições, quantitativos e especificações e prazos estabelecidos neste Edital e no seu ANEXO I, sem a necessidade de aquisição de acessórios ou materiais suplementares;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de eficácia da proposta: 60 (sessenta) dias, a contar da data final do envio das propostas.

6.6. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema BLL, se o bem ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

6.7. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, bem como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.

6.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.8.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 - Adotar-se-á como critério de aceitabilidade de preços os valores constantes no Anexo I - Termo de Referência. Se porventura, for constatado que os valores do Termo de Referência estão acima dos valores praticados na tabela CMED na data da sessão, será adotado como referência o valor especificado na tabela, sendo anunciado e, eventualmente, negociado diretamente com o pelo Pregoeiro na sessão pública da fase de lances.

7.8.1 - Não será aceita proposta de preço que seja superior, conforme o caso, ao “Preço Fábrica – PF” e ou, ao “Preço Máximo de Vendas ao Governo PMVG”, de acordo com LISTA de PREÇOS MÁXIMOS DE MEDICAMENTOS por PRINCÍPIO ATIVO, para COMPRAS PÚBLICAS, disponível no endereço eletrônico <http://portal.anvisa.gov.br>, na versão vigente no mesmo mês em que for realizada a sessão pública de licitação, ou no mês imediatamente anterior; de acordo com publicação da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) – Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), na forma definida pela lei nº 10.742/03, e pelas Resoluções da CMED.

7.8.2 – A comparação dos valores apresentados com a tabela CMED será realizada por um servidor da Central de Abastecimento Farmacêutico Itararé – CAFI.

7.8.3 - No preenchimento da proposta serão aceitos até 4 casas decimais após a vírgula.

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. O Critério de julgamento adotado será o menor preço por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23. A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

a) no país;

b) por empresas brasileiras;

c) por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

a) A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

b) O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, aquele que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (horas), sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.6.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características dos medicamentos ofertados, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo medicamento não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.8.1. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de **duas** horas, sob pena de inabilitação.

9.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.4.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.5. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.6. Habilitação jurídica:

9.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.6.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.6.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.6.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.6.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.6.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.7. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.7.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso;

9.7.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de **certidão** expedida **conjuntamente** pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.7.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

9.7.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.7.5. Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes municipal e/ou estadual**, quando houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.7.6. Certidão de Regularidade do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual (**ICMS**) ou Certidão Negativa de Débitos Tributários expedidos pela Procuradoria Geral do Estado, ou Declaração de isenção ou de não incidência, assinada pelo

representante legal do licitante, sob as penas da lei ou Certidão Positiva de Débitos com efeitos de Negativa;

9.7.7. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de **Débito Municipal de sua sede**, referente a tributos mobiliários;

9.7.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.8. Qualificação Econômico-Financeira.

9.8.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.8.1.1. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso. Referido Plano deverá ser apresentado junto da documentação de habilitação.

9.9. Documentação complementar

9.9.1. Declarações subscritas por representante legal da licitante, elaboradas em papel timbrado, atestando:

a) Declaração da **licitante**, subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, artigo 7º, da Constituição Federal (ANEXO VII);

b) Declaração da **licitante**, subscrita por seu representante legal, assegurando que a licitante não está declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Municipal, inclusive em virtude das disposições da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações (ANEXO V);

c) Declaração de que não possui, em nosso corpo social, nem nosso quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal (ANEXO X);

d) Declaração de responsabilidade de que tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer os medicamentos dentro da qualidade exigida, sob as penas da Lei. (ANEXO IX).

9.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.11. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.12. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, esta será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.13. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação,

seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.16. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.16.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.18. A empresa vencedora do Pregão deverá apresentar, imediatamente após o encerramento da disputa, os seguintes documentos comprobatórios de habilitação, sendo que tais documentos deverão ser encaminhados pelo e-mail: licitanf@itarare.sp.gov.br, com posterior encaminhamento do original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por cópia não autenticada, mediante a exibição dos originais para conferência por parte do Pregoeiro ou através de exemplares publicados em órgão da Imprensa Oficial e com validade na data de realização da licitação, para a Prefeitura Municipal de Itararé, na Rua XV de Novembro nº 83, Centro, Itararé-SP, CEP: 18.460-000, aos cuidados da Comissão de Licitação, observando o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da realização do pregão.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de duas horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.

Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO.

14.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta integra este Edital como **Anexo XI**;

14.1.1. Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito do adjudicatário perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, esta Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada;

14.1.1.1. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 14.1.1, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena da contratação não se realizar;

14.1.2. O adjudicatário deverá assinar o instrumento de contrato, no prazo de dois dias corridos contados da data da convocação, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período a critério da Administração, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

14.1.3. A Licitante, cuja documentação de regularidade fiscal e trabalhista tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar, previamente à assinatura do contrato, a **regularidade fiscal e trabalhista**, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data em que foi declarada vencedora, prorrogável por igual período, a critério da Administração, sob pena de a contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital;

14.1.4. Quando o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 14.1.1, ou se recusar a celebrar a contratação, será convocado outro licitante na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente, com vistas à celebração da contratação.

14.2. A empresa contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.

14.3. A Administração poderá obrigar o Contratado a corrigir ou substituir, à suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade dos medicamentos contratados.

14.4. O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste ato convocatório.

14.5. O contrato terá vigência de **12 (doze) meses** a contar da sua assinatura.

14.6. A Administração poderá suprimir ou acrescentar o objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, a critério exclusivo, de acordo com o disposto no art. 65, I e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

14.7. O foro do contrato será o da Comarca de Itararé/SP.

15. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

15.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual, no que couber, são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. DO PAGAMENTO

18.1. Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a apresentação das notas fiscais devidamente conferidas e assinadas pela Secretária da pasta, com o respectivo empenho elaborado pelo setor de contabilidade.

18.1.1. Os pagamentos serão feitos através de crédito somente em conta corrente da empresa (Pessoa Jurídica) a ser fornecida pela CONTRATADA.

18.2. Deverá constar obrigatoriamente na Nota Fiscal: **“Pregão Eletrônico 03/2020”**, bem como o número do pedido da compra.

18.3. Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades assumidas na forma deste Edital e do contrato ou o instrumento equivalente, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva do objeto executado.

18.4. Em nenhuma hipótese e em tempo algum poderá ser invocada qualquer dúvida quanto aos preços cotados, para modificação ou alteração dos preços propostos.

18.5. Caso o pagamento não seja efetuado no vencimento pela falta do documento que deveria ter sido fornecido pela Contratada, e isso motivar a paralisação do fornecimento, esta incorrerá nas penalidades previstas neste edital, e não será paga nenhuma atualização de valor.

18.6. Correrá por conta exclusiva da contratada:

a) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação;

b) contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguros e acidentes pessoais, taxas, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias.

18.7. Sendo constatado erro na nota fiscal, a mesma não será aceita e o pagamento ficará retido e seu prazo suspenso, até que seja providenciada a correção, contando-se o prazo estabelecido no item 18.1, a partir da data de sua reapresentação.

18.8. A devolução da fatura não aprovada em hipótese alguma servirá de pretexto para que a contratada suspenda o fornecimento, bem como para aplicação de multas, juros e correção monetária.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito à sanção prevista no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02.

19.2 - A **recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato**, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:

- a) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;
- b) impedimento de licitar e contratar com o Município de Itararé pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal 10.520/02.

19.3 - O **atraso injustificado na entrega**, sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará o contratado à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:

- a) atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia;
- b) atraso superior a 30 (trinta) dias: estará caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, salvo disposição em contrário, em casos particulares, previstos no contrato, sujeitando-se à aplicação das penalidades previstas no próximo item.

19.4 - Pela **inexecução total ou parcial da entrega**, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:

- a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; e/ou
- b) impedimento de licitar e contratar com o Município de Itararé pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal 10.520/02.

19.5 - A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

19.6 - Pela não-regularização da documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, no prazo previsto no subitem 9.11 deste edital, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar ao licitante multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor estimado de contratação do objeto, cominada com a aplicação de impedimento de licitar e contratar com o Município de Itararé pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal 10.520/02

19.7 - O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação do interessado.

19.8 - O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitanf@itarare.sp.gov.br ou por petição protocolada no endereço: Rua XV de Novembro nº 83, Centro, Itararé – SP, CEP 18.460.000.

20.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

20.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

20.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico WWW.BLL.ORG.BR, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.11.1. Obtenção deste Edital e seus Anexos poderão ser feitas através de “download” pelo site da Prefeitura Municipal de Itararé - www.itarare.sp.gov.br pelo link “LICITAÇÕES”.

21.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo de proposta;

ANEXO III – Termo de Adesão - BLL;

ANEXO IV – Custo pela utilização do sistema;

ANEXO V – Declaração de idoneidade;

ANEXO VI – Declaração Habilitação;

ANEXO VII – Declaração de inexistência de menor de idade;

ANEXO VIII – Declaração ME/EPP;

ANEXO IX – Declaração de responsabilidade;

ANEXO X – Declaração de inexistência de vínculo;

ANEXO XI – Minuta de Contrato;

ANEXO XII – Termo de Ciência e de Notificação;

Itararé, 12 de fevereiro de 2020.

Marcus Vinicius Pereira Gonsalves
Secretária Municipal de Saúde

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

1.1 - Aquisição de medicamentos (Portaria 1.555/13, Remume e Mandado Judicial) que irá abastecer almoxarifado municipal farmacêutico, conforme quantidade e especificações constantes no item 02 abaixo.

1.2 - A empresa licitante vencedora ficará obrigada a trocar, as suas expensas, os medicamentos que vierem a ser recusados, sendo que o ato do recebimento não importará sua aceitação.

1.3 - Condições de Pagamento: O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Itararé em até 30 (trinta) dias após a entrega, mediante a apresentação da nota fiscal, devidamente conferida e assinada pelo responsável pelo recebimento e Secretário da Pasta, anexando-se a comprovação da entrega, com o respectivo empenho elaborado pelo setor de contabilidade, correspondente ao item fornecido e de acordo com as especificações do objeto.

1.4 - Os medicamentos (objetos desta licitação) deverão ser entregues **parceladamente** no Centro de Abastecimento Farmacêutico (CAF), na Rua João Ghizzi, 513, Centro, em Itararé - SP, de segunda a sexta, no horário das 08h00min às 16h00min, no prazo máximo de **até 10 (dez) dias corridos** a partir da data do pedido.

1.4.1 - O atraso injustificado na entrega, sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará o contratado à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção conforme item 19.3 do Edital.

1.5 - Fica designada como gestora do contrato e responsável pelos recebimentos a funcionária, Srª Camila de Fázio Holtz de Freitas, Farmacêutica, CPF 290.194.108-73 a qual acompanhará e fiscalizará a execução do Processo nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

1.6 - Constatadas irregularidades nos medicamentos, a Contratante, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

- a) Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Edital, determinando sua substituição;
- b) Determinar sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes.

1.6.1 - As irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento pela CONTRATADA da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado.

1.7 - Os procedimentos de entrega correrão por conta e risco da Vencedora, inclusive a devolução dos medicamentos, entregue em desacordo com este Edital.

1.8 - Adotar-se-á como critério de aceitabilidade de preços os valores constantes no Anexo I - Termo de Referência. Se porventura, for constatado que os valores do Termo de Referência estão acima dos valores praticados na tabela CMED na data da sessão, será adotado como referência o valor especificado na tabela, sendo anunciado e, eventualmente, negociado diretamente com o pelo Pregoeiro na sessão pública da fase de lances..

1.8.1 - Não será aceita proposta de preço que seja superior, conforme o caso, ao “Preço Fábrica – PF” e ou, ao “Preço Máximo de Vendas ao Governo PMVG”, de acordo com LISTA de PREÇOS MÁXIMOS DE MEDICAMENTOS por PRINCÍPIO ATIVO, para COMPRAS PÚBLICAS, disponível no endereço eletrônico <http://portal.anvisa.gov.br>, na versão vigente no mesmo mês em que for realizada a sessão pública de licitação, ou no mês imediatamente anterior; de acordo com

publicação da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) – Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), na forma definida pela lei nº 10.742/03, e pelas Resoluções da CMED.

1.8.2 – A comparação dos valores apresentados com a tabela CMED será realizada por um servidor da Central de Abastecimento Farmacêutico Itararé – CAFI.

1.8.3 - No preenchimento da proposta serão aceitos até 4 casas decimais após a vírgula.

1.9 - Os produtos fornecidos devem atender todas as normas legais vigentes, e a validade deverá ser de no mínimo 02 (dois) anos;

2. ESPECIFICAÇÕES DOS MEDICAMENTOS

Item	Descrição	PORTARIA 1.555/13	Qtde	UNID	V. Unit (R\$)	V.Total (R\$)
1	Aciclovir 200 mg	PORTARIA 1.555/13	2.000	cpr	0,160	320,00
2	Ácido Acetilsalicílico 100 mg	PORTARIA 1.555/13	200.000	cpr	0,032	6.400,00
3	Acido Fólico 5 mg	PORTARIA 1.555/13	10.000	cpr	0,056	560,00
4	Ácido Valpróico 250mg	PORTARIA 1.555/13	50.000	cpr	0,256	12.800,00
5	Ácido Valpróico 50 mg/ml xarope 100 ml	PORTARIA 1.555/13	300	fr	1,000	300,00
6	Água destilada solução injetável 5 ml	PORTARIA 1.555/13	1.000	amp	0,288	288,00
7	Agulha Para caneta de insulina 5x0,25 mm	PORTARIA 1.555/13 GLICEMIA	10.000	UNID	0,65	6.500,00
8	Albendazol susp.oral 40 mg/ml	PORTARIA 1.555/13	1.000	fr	1,440	1.440,00
9	Alendronato de Sódio 70 mg	PORTARIA 1.555/13	1.000	cpr	0,320	320,00
10	Alopurinol 100 mg	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr	0,088	1.326,00
11	Alopurinol 300 mg	PORTARIA 1.555/13	5.000	cpr	0,247	1.232,50
12	Alprazolam 1 mg	PORTARIA 1.555/13	75.000	cpr	0,258	19.380,00
13	Ambroxol 3 mg/ml xarope de 120 ml	PORTARIA 1.555/13	2.000	fr	2,400	4.800,00
14	Ambroxol 6 mg/ml xarope de 120 ml	PORTARIA 1.555/13	3.000	fr	0,220	660,00
15	Aminofilina 100 mg	PORTARIA 1.555/13	25.000	cpr	0,068	1.688,00
16	Amiodarona 200mg	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr	0,650	9.750,00
17	Amitriptilina 25 mg	PORTARIA 1.555/13	150.000	cpr	0,048	7.200,00
18	Amoxicilina + Clavul de Pot. Cpr 500 mg + 125 mg	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr	1,479	22.185,00
19	Amoxicilina 500 mg	PORTARIA 1.555/13	50.000	cpr	0,240	12.000,00
20	ANLODIPINO 5 MG CPR	PORTARIA 1.555/13	150.000	cpr	0,041	6.120,00
21	Apixabana 5mg	MANDADO JUDICIAL	720	cpr	4,1600	2.995,20
22	Aptamil 3	MANDADO JUDICIAL	60	lt 800g	43,0000	2.580,00
23	Aptamil HA	MANDADO JUDICIAL	60	lt 800g	78,0000	4.680,00
24	Aptamil soja	MANDADO JUDICIAL	144	400 g	45,0000	6.480,00
25	ATROPINA 0,5 MG / ML	PORTARIA 1.555/13	100	cpr	0,560	56,00
26	Azitromicina 500 mg	PORTARIA 1.555/13	10.000	cpr	0,688	6.880,00
27	Azitromicina 600 mg/15 ml suspensão	PORTARIA 1.555/13	750	frs	8,000	6.000,00
28	Biperideno 2 mg	PORTARIA 1.555/13	75.000	cpr	0,258	19.383,75
29	Bisoprolol 10 mg	MANDADO JUDICIAL	360	cpr	1,5000	540,00
30	Bromazepam 6mg	PORTARIA 1.555/13	30.000	cpr	0,208	6.240,00
31	Bromoprida 4 mg/ml gts	PORTARIA 1.555/13	500	frs	1,440	720,00
32	Budesonida 32 MCG susp. Nasal 120 doses	PORTARIA 1.555/13	500	fr	15,00	7.500,00
33	Budesonida 50 MCG susp nasal	PORTARIA 1.555/13	500	fr	27,00	13.500,00

34	Candersartana HTC 16+12,5 mg	MANDADO JUDICIAL	480	cpr	3,3300	1.598,40
35	Carbamazepina 20 mg/ml susp. Oral 100 ml	PORTARIA 1.555/13	300	fr	14,73	4.419,00
36	Carbamazepina 200mg	PORTARIA 1.555/13	250.000	cpr	0,159	39.750,00
37	Carbidopa/Levodopa 25/250 mg	MANDADO JUDICIAL	2.160	cpr	0,5916	1.277,86
38	Carbonato de Cálcio 500 mg	PORTARIA 1.555/13	25.000	cpr	0,120	3.000,00
39	Carbonato de Lítio 300mg	PORTARIA 1.555/13	75.000	cpr	0,347	26.029,50
40	Carvedilol 6,25 mg	PORTARIA 1.555/13	75.000	cpr	0,333	24.975,00
41	Carvedilol 12,5 mg	PORTARIA 1.555/13	80.000	cpr	0,333	26.640,00
42	Cefalexina 500 mg	PORTARIA 1.555/13	25.000	cpr	0,560	14.000,00
43	Cefalexina Suspensão Oral 50mg/ml frs de 60 ml	PORTARIA 1.555/13	1.000	fr	8,000	8.000,00
44	Ceftriaxona 1 g IM	PORTARIA 1.555/13	500	amp	20,00	10.000,00
45	Cetoconazol 2% creme 30 g	PORTARIA 1.555/13	500	tb	2,822	1.411,00
46	Ciprofloxacino 500 mg	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr	0,140	2.100,00
47	Citalopram 20 mg cpr	PORTARIA 1.555/13	25.000	cpr	0,288	7.200,00
48	Claritromicina 500mg	PORTARIA 1.555/13	2.000	cpr	7,000	14.000,00
49	Clenil spray 250 mg	MANDADO JUDICIAL	10	unid	73,0000	730,00
50	Clomipramina 25 mg	PORTARIA 1.555/13	50.000	cpr	1,100	55.000,00
51	Clonazepam 2mg	PORTARIA 1.555/13	150.000	cpr	0,096	14.400,00
52	Clorpromazina 100mg cpr	PORTARIA 1.555/13	35.000	cpr	0,352	12.320,00
53	Clorpromazina 25mg	PORTARIA 1.555/13	35.000	cpr	0,230	8.039,50
54	Colecalciferol 10000UI	MANDADO JUDICIAL	192	cpr	1,6600	318,72
55	Deltametrina Loção 0,2 mg/ml 100 ml	PORTARIA 1.555/13	100	fr	1,760	176,00
56	Deltametrina Xampu 0,2 mg/ml 100 ml	PORTARIA 1.555/13	100	frs	2,241	224,06
57	Depakote 250 mg	MANDADO JUDICIAL	600	cpr	1,8000	1.080,00
58	Depokote ER 500 mg	MANDADO JUDICIAL	40	cpr	2,8300	113,20
59	Dexametasona Creme 0,1% 10 g	PORTARIA 1.555/13	2.500	tb	1,510	3.774,00
60	Dexametasona Elixir 0,1 mg/ml 120 ml	PORTARIA 1.555/13	1.500	fr	2,000	3.000,00
61	Diazepam 10mg	PORTARIA 1.555/13	50.000	cpr	0,137	6.855,00
62	Diazepam 5 mg/ml sol. Inj. 2 ml	PORTARIA 1.555/13	50	amp	0,698	34,88
63	Diclofenaco Sódico 50 mg	PORTARIA 1.555/13	10.000	cpr	0,041	408,00
64	Diclofenaco dietilamonio 11,6 mg/g gel 60 g	PORTARIA 1.555/13	500	tubo	5,236	2.618,00
65	Digoxina 0,25 mg	PORTARIA 1.555/13	10.000	cpr	0,072	721,00
66	Diltiazem 60 mg	MANDADO JUDICIAL	720	cpr	0,2800	201,60
67	Dimeticona 75 mg/ml susp. Oral 15 ml	PORTARIA 1.555/13	2.000	fr	1,547	3.094,00
68	Dipirona 500 mg/ml sol. Oral 10 ml	PORTARIA 1.555/13	2.000	fr	1,040	2.080,00
69	DIPIRONA INJETAVEL 500 MG / ML	PORTARIA 1.555/13	100	cpr	0,850	85,00
70	domperidona suspensão 1mg/ml	MANDADO JUDICIAL	300	frs	15,7420	4.722,60

71	Doxazosina 4 mg	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr	0,543	8.145,00
72	duloxetina 60 mg	MANDADO JUDICIAL	600	cpr	1,6500	990,00
73	Ensure	MANDADO JUDICIAL	60	lts	55,5000	3.330,00
74	Entresto 97/103 mg	MANDADO JUDICIAL	1.440	cpr	5,3200	7.660,80
75	Epinefrina 1 mg/ml sol. Inj. 1 ml	PORTARIA 1.555/13	200	amp	1,850	370,00
76	Escitalopram 10 mg	MANDADO JUDICIAL	300	cpr	0,5950	178,50
77	Escitalopram 20mg	MANDADO JUDICIAL	720	cpr	2,0000	1.440,00
78	ESCOPOLAMINA + DIPIRONA INJETAVEL 5 ML	PORTARIA 1.555/13	100	cpr	0,550	55,02
79	Escopolamina 10 mg	PORTARIA 1.555/13	30.000	cpr	0,592	17.760,00
80	Escopolamina 20 mg/ml sol. Inj. 5 ml	PORTARIA 1.555/13	100	amp	0,349	34,93
81	ESPIRONOLACTONA 25 MG CPR	PORTARIA 1.555/13	50.000	cpr	0,224	11.200,00
82	Fenitoina 100mg cpr	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr	0,185	2.767,50
83	Fenobarbital 100mg cpr	PORTARIA 1.555/13	45.000	cpr	0,184	8.262,00
84	Fenoterol 5 mg/ml frs 20 ml	PORTARIA 1.555/13	20	fr	4,890	97,80
85	Fibrinolisisina + desoxirribonuclease+cloranfenicol pomada 30 g	PORTARIA 1.555/13	1.000	tb	22,08	22.080,00
86	Finasterida 5 mg	PORTARIA 1.555/13	7.500	cpr	0,553	4.143,75
87	Fluconazol 150 mg	PORTARIA 1.555/13	1.200	cpr	0,381	456,96
88	Flunarizina 10 mg	MANDADO JUDICIAL	360	cpr	0,1394	50,18
89	Fluoxetina 20mg	PORTARIA 1.555/13	150.000	cpr	0,071	10.710,00
90	Fostair DPI	MANDADO JUDICIAL	12	UNID	135,0000	1.620,00
91	Fralda Geriatrica G	MANDADO JUDICIAL	10.000	UNID	1,2000	12.000,00
92	Fralda Geriatrica M	MANDADO JUDICIAL	2.500	UNID	1,2000	3.000,00
93	Fralda Geriatrica P	MANDADO JUDICIAL	2.500	UNID	1,2000	3.000,00
94	fralda Geriatrica XG	MANDADO JUDICIAL	2.500	UNID	1,3000	3.250,00
95	Furosemida 40 mg	PORTARIA 1.555/13	50.000	cpr	0,064	3.200,00
96	FUROSEMIDA INJETAVEL 10 MG / ML	PORTARIA 1.555/13	100	cpr	0,720	72,00
97	GalvusMet 50/1000 mg	MANDADO JUDICIAL	720	cpr	2,8500	2.052,00
98	Ginkgo Biloba 80 mg	PORTARIA 1.555/13	5.000	cpr	0,286	1.428,00
99	Glicazida MR 60 mg	MANDADO JUDICIAL	720	cpr	2,3000	1.656,00
100	Glicose 50 % sol. Inj. 10 ml	PORTARIA 1.555/13	100	amp	0,417	41,68
101	GLIMEPIRIDA 4 MG CPR	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr	0,666	9.990,00
102	Haloperidol 1mg	PORTARIA 1.555/13	10.000	cpr	0,140	1.397,50
103	Haloperidol 5 mg	PORTARIA 1.555/13	50.000	cpr	0,214	10.710,00
104	Haloperidol Decanoato 70,52mg/ml	PORTARIA 1.555/13	5.000	amp	11,20	56.000,00
105	Hepa Merz	MANDADO JUDICIAL	720	env	9,2000	6.624,00
106	Heparina 5000 UI/0,25 ml	PORTARIA 1.555/13	1.000	amp	4,339	4.338,80
107	HIDROXIDO DE Alumínio 60 MG/ML	PORTARIA 1.555/13	1.000	FRS	2,560	2.560,00
108	Humalog 10 ml	MANDADO JUDICIAL	60	frs	120,0000	7.200,00
109	Ibuprofeno 50 mg/ml susp.oral 30 ml	PORTARIA 1.555/13	2.000	fr	1,440	2.880,00
110	Ibuprofeno 600 mg	PORTARIA 1.555/13	150.000	cpr	0,240	36.000,00
111	Imipramina 25mg	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr	0,348	5.212,50

112	Insulina Aprida caneta	MANDADO JUDICIAL	140	UNID	34,0000	4.760,00
113	Insulina Tresiba caneta	MANDADO JUDICIAL	120	unid	145,0000	17.400,00
114	Ipratrópio 0,25 MG/ML	PORTARIA 1.555/13	20	fr	1,165	23,29
115	Isossorbida 20mg	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr	0,144	2.160,00
116	Isossurce 1,5 Kcal	MANDADO JUDICIAL	240	lts	40,0000	9.600,00
117	Jardiance 25 mg	MANDADO JUDICIAL	180	cpr	6,9000	1.242,00
118	Lacosamida 100 mg	MANDADO JUDICIAL	1.080	cpr	8,9200	9.633,60
119	Lamotrigina 100 mg	MANDADO JUDICIAL	5.000	cpr	2,8900	14.450,00
120	LANCETAS PARA TESTE GLICEMIA	PORTARIA 1.555/13 GLICEMIA	40.000	UNID	0,08	3.200,00
121	Lantus 10 ml	MANDADO JUDICIAL	120	frs	245,0000	29.400,00
122	Lantus Solo Star	MANDADO JUDICIAL	300	unid	92,0000	27.600,00
123	Letrozol 2,5 mg	MANDADO JUDICIAL	150	cpr	8,3300	1.249,50
124	Levodopa+ Benzerasida 250 mg	PORTARIA 1.555/13	35.000	cpr	2,830	99.050,00
125	Levomepromazina 100mg	PORTARIA 1.555/13	40.000	cpr	0,816	32.634,00
126	Levomepromazina 25mg	PORTARIA 1.555/13	35.000	cpr	0,402	14.085,75
127	Levomepromazina 40mg/ml sol. Oral 20 ml	PORTARIA 1.555/13	300	fr	9,061	2.718,30
128	Levotiroxina 100mcg	PORTARIA 1.555/13	40.000	cpr	0,140	5.600,00
129	Levotiroxina 25mcg	PORTARIA 1.555/13	80.000	cpr	0,140	11.200,00
130	Levotiroxina 50mcg	PORTARIA 1.555/13	75.000	cpr	0,144	10.800,00
131	Lidocaína gel 20 mg/g 30 g	PORTARIA 1.555/13	500	tb	3,332	1.666,00
132	Metildopa 250 mg	PORTARIA 1.555/13	30.000	cpr	0,700	21.000,00
133	Metilfenidato (Ritalina) 10mg cpr	PORTARIA 1.555/13	6.000	cpr	0,666	3.996,00
134	Metoclopramida 10 mg	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr	0,153	2.295,00
135	METOCLOPRAMIDA INJETAVEL 10 MG /2 ML	PORTARIA 1.555/13	100	cpr	0,480	48,00
136	Metoprolol 25mg	MANDADO JUDICIAL	300	cpr	0,8500	255,00
137	Metronidazol 100 mg/g creme vaginal 50 g	PORTARIA 1.555/13	500	tb	4,087	2.043,50
138	Metronidazol 40 mg/ml Suspensão Oral	PORTARIA 1.555/13	100	fr	11,00	1.100,00
139	Mezalazina 800 mg	MANDADO JUDICIAL	600	cpr	1,8300	1.098,00
140	Milnutri	MANDADO JUDICIAL	60	lts 800 g	36,0000	2.160,00
141	Modulen	MANDADO JUDICIAL	24	lts	280,0000	6.720,00
142	Montucaste 4 mg	MANDADO JUDICIAL	1.200	sache	2,5000	3.000,00
143	Neocate LCP	MANDADO JUDICIAL	500	lts	212,0000	106.000,00
144	Neomicina + Bacitracina 5+250 mg+UI/g pomada 15 g	PORTARIA 1.555/13	2.000	tb	2,080	4.160,00
145	Nimodipino 30 mg	PORTARIA 1.555/13	20.000	cpr	0,366	7.310,00
146	Nistatina 25000 ui creme vaginal	PORTARIA 1.555/13	1.000	tb	5,253	5.253,00
147	Nitrazepam 5 mg	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr	0,192	2.875,50
148	Nortriptilina 25mg	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr	0,416	6.240,00
149	Omeprazol 20 mg	PORTARIA 1.555/13	150.000	cpr	0,088	13.200,00
150	Optive UD	MANDADO JUDICIAL	5	unid	65,0000	325,00
151	oxcarbazepina 300 mg	MANDADO JUDICIAL	3.000	cpr	1,1600	3.480,00
152	Oxiberry	MANDADO JUDICIAL	450	env	1,5000	675,00

153	Oxido de zinco +Vitamina A+D pomada 45 g	PORTARIA 1.555/13	12.000	tb	4,284	51.408,00
154	Pantoprazol 20 mg	MANDADO JUDICIAL	360	cpr	0,4930	177,48
155	Paracetamol + Codeína 500+30 mg cpr	PORTARIA 1.555/13	20.000	cpr	0,464	9.280,00
156	Paracetamol 200 mg/ml sol. Oral 15 ml	PORTARIA 1.555/13	1.500	fr	0,960	1.440,00
157	Paracetamol 500 mg cp	PORTARIA 1.555/13	75.000	cpr	0,064	4.800,00
158	Patanol S	MANDADO JUDICIAL	30	frs	55,0000	1.650,00
159	Pediasure	MANDADO JUDICIAL	72	lts	40,0000	2.880,00
160	Periciazina 1%	PORTARIA 1.555/13	100	fr	10,00	1.000,00
161	Periciazina 4%	PORTARIA 1.555/13	100	fr	20,00	2.000,00
162	Pioglitazona 30 mg	MANDADO JUDICIAL	300	cpr	1,3300	399,00
163	Pioglitazona 45 mg	MANDADO JUDICIAL	300	cpr	2,6600	798,00
164	Prednisolona 3mg/ml	PORTARIA 1.555/13	1.000	fr	4,800	4.800,00
165	PREDNISONA 20 MG CPR	PORTARIA 1.555/13	20.000	cpr	0,240	4.800,00
166	PREDNISONA 5 MG CPR	PORTARIA 1.555/13	10.000	cpr	0,184	1.836,00
167	pregabalina 150 mg	MANDADO JUDICIAL	360	cpr	2,6600	957,60
168	Pregabalina 75 mg	MANDADO JUDICIAL	1.200	cpr	1,3300	1.596,00
169	PROLOPA HBS 100/25 MG	MANDADO JUDICIAL	360	cpr	2,1600	777,60
170	Prometazina 25mg cp	PORTARIA 1.555/13	50.000	cpr	0,162	8.075,00
171	PROMETAZINA INJETAVEL 50 MG / 2 ML	PORTARIA 1.555/13	100	cpr	1,801	180,07
172	Protetor solar FPS 50	PORTARIA 1.555/13	200	fr	30,00	6.000,00
173	risperidona 2 mg	MANDADO JUDICIAL	1.000	cpr	0,4845	484,50
174	RIVAROXABANA 20 MG	MANDADO JUDICIAL	3.000	cpr	8,9200	26.760,00
175	RIVAROXBANA 15 MG	MANDADO JUDICIAL	600	cpr	8,9200	5.352,00
176	Sais para Reidratação Oral sachê com 27,9 g	PORTARIA 1.555/13	1.000	sachê	0,720	720,00
177	Sertralina 50mg cpr	PORTARIA 1.555/13	200.000	cpr	0,208	41.600,00
178	Silimarina 100 mg	PORTARIA 1.555/13	10.000	cpr	1,850	18.500,00
179	Silimarina 200 mg	PORTARIA 1.555/13	10.000	cpr	0,580	5.800,00
180	SINVASTATINA 20 MG CPR	PORTARIA 1.555/13	80.000	cpr	0,088	7.040,00
181	SINVASTATINA 40 MG CPR	PORTARIA 1.555/13	50.000	cpr	0,157	7.840,00
182	Somalgin Cardio 100 mg	MANDADO JUDICIAL	360	cpr	0,5600	201,60
183	Sulfamet + Trimetr 400/80 mg	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr	0,144	2.160,00
184	Sulfamet + Trimetr Suspensão 40+8 mg/ml 100 ml	PORTARIA 1.555/13	150	fr	1,666	249,90
185	Sulfato Ferroso 109 mg cpr	PORTARIA 1.555/13	40.000	cpr	0,054	2.160,00
186	Sulfato Ferroso 125 mg/ml Solução oral 30 ml	PORTARIA 1.555/13	600	fr	0,960	576,00
187	SUMAX PRO 50 MG	MANDADO JUDICIAL	360	cpr	15,0000	5.400,00
188	SUPRA Soy (sem Sabor)	MANDADO JUDICIAL	60	lts	31,0000	1.860,00
189	Sustagem adulto	MANDADO JUDICIAL	60	lts	37,0000	2.220,00
190	Sustrate 10 mg	MANDADO JUDICIAL	2.000	cpr	0,5000	1.000,00
191	Tadalafila 20 mg	MANDADO JUDICIAL	720	cpr	2,5000	1.800,00
192	Tansulosina 0,4 mg	PORTARIA 1.555/13	5.000	cpr	1,904	9.520,00
193	Tiamina 300mg cpr	PORTARIA 1.555/13	30.000	cpr	0,309	9.282,00
194	Tioridazina 100 mg	PORTARIA 1.555/13	5.000	cpr	1,040	5.200,00
195	CANCELADO					

196	Topiramato 100 mg	MANDADO JUDICIAL	1.200	cpr	1,6150	1.938,00
197	Tramadol 50 mg cpr	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr	0,200	3.000,00
198	Venalot	MANDADO JUDICIAL	3.000	cpr	0,2720	816,00
199	Venlafaxina 75 mg	PORTARIA 1.555/13	50.000	CPR	1,666	83.300,00
200	xingoduo 10/1000 mg	MANDADO JUDICIAL	360	cpr	5,8300	2.098,80
201	Zetsin 10mg+20 mg	MANDADO JUDICIAL	360	cpr	2,5000	900,00
					Total	1.615.525,68

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- a) Fornecer os medicamentos dentro dos padrões de qualidade exigidos. Caso tal entrega não seja feita dentro do prazo, a Contratada ficará sujeita à multa estabelecida neste contrato;
- b) Os medicamentos que não corresponderem às especificações da proposta apresentada serão devolvidos, para substituição imediata.
- c) A empresa licitante vencedora ficará obrigada a trocar, as suas expensas, o medicamentos que vier a ser recusado, sendo que o ato do recebimento provisório não implica na aceitação definitiva do objeto.
- d) Obedecer aos prazos de entrega estipulados no Anexo I – Termo de Referência do Edital;
- e) Entregar medicamentos em estrita conformidade com as disposições deste edital e seus anexos, com os termos da proposta de preços, e nas normas técnicas aplicáveis, em especial da ANVISA.
- f) Substituir os medicamentos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou porventura seja entregue com defeitos ou imperfeições;
- g) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de idoneidade e habilitação exigidas nesta licitação.
- h) Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) Promover o pagamento de acordo com o contrato pré-estabelecido;
- b) Realizar a fiscalização do cumprimento das obrigações da Contratada;
- c) Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020
ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARARÉ

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2020

Apresentamos nossa proposta para aquisição de medicamentos (Portaria 1.555/13, Remume e Mandado Judicial), objeto da presente licitação de modalidade Pregão, na Forma Eletrônica nº **03/2020** acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

Razão Social da Proponente:	
Endereço:	
Telefone:	
E-mail institucional:	
E-mail pessoal:	
Agência e nº da conta bancária	

DESCRIÇÃO COMPLETA DOS MEDICAMENTOS OFERTADOS.....

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total, de acordo com o Anexo I do Edital.

Item	Descrição	PORTARIA 1.555/13	Qtde	UNID	V. Unit	V. Total	Marca/ Fabricante
1	Aciclovir 200 mg	PORTARIA 1.555/13	2.000	cpr			
2	Ácido Acetilsalicílico 100 mg	PORTARIA 1.555/13	200.000	cpr			
3	Acido Fólico 5 mg	PORTARIA 1.555/13	10.000	cpr			
4	Ácido Valpróico 250mg	PORTARIA 1.555/13	50.000	cpr			
5	Ácido Valpróico 50 mg/ml xarope 100 ml	PORTARIA 1.555/13	300	fr			
6	Água destilada solução injetável 5 ml	PORTARIA 1.555/13	1.000	amp			
7	Agulha Para caneta de insulina 5x0,25 mm	PORTARIA 1.555/13 GLICEMIA	10.000	UNID			
8	Albendazol susp.oral 40 mg/ml	PORTARIA 1.555/13	1.000	fr			
9	Alendronato de Sódio 70 mg	PORTARIA 1.555/13	1.000	cpr			
10	Alopurinol 100 mg	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr			
11	Alopurinol 300 mg	PORTARIA 1.555/13	5.000	cpr			
12	Alprazolam 1 mg	PORTARIA 1.555/13	75.000	cpr			
13	Ambroxol 3 mg/ml xarope de 120 ml	PORTARIA 1.555/13	2.000	fr			
14	Ambroxol 6 mg/ml xarope de 120 ml	PORTARIA 1.555/13	3.000	fr			
15	Aminofilina 100 mg	PORTARIA 1.555/13	25.000	cpr			
16	Amiodarona 200mg	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr			

17	Amitriptilina 25 mg	PORTARIA 1.555/13	150.000	cpr			
18	Amoxicilina + Clavul de Pot. Cpr 500 mg + 125 mg	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr			
19	Amoxicilina 500 mg	PORTARIA 1.555/13	50.000	cpr			
20	ANLODIPINO 5 MG CPR	PORTARIA 1.555/13	150.000	cpr			
21	Apixabana 5mg	MANDADO JUDICIAL	720	cpr			
22	Aptamil 3	MANDADO JUDICIAL	60	lt 800g			
23	Aptamil HA	MANDADO JUDICIAL	60	lt 800g			
24	Aptamil soja	MANDADO JUDICIAL	144	400 g			
25	ATROPINA 0,5 MG / ML	PORTARIA 1.555/13	100	cpr			
26	Azitromicina 500 mg	PORTARIA 1.555/13	10.000	cpr			
27	Azitromicina 600 mg/15 ml suspensão	PORTARIA 1.555/13	750	frs			
28	Biperideno 2 mg	PORTARIA 1.555/13	75.000	cpr			
29	Bisoprolol 10 mg	MANDADO JUDICIAL	360	cpr			
30	Bromazepam 6mg	PORTARIA 1.555/13	30.000	cpr			
31	Bromoprida 4 mg/ml gts	PORTARIA 1.555/13	500	frs			
32	Budesonida 32 MCG susp. Nasal 120 doses	PORTARIA 1.555/13	500	fr			
33	Budesonida 50 MCG susp nasal	PORTARIA 1.555/13	500	fr			
34	Candersartana HTC 16+12,5 mg	MANDADO JUDICIAL	480	cpr			
35	Carbamazepina 20 mg/ml susp. Oral 100 ml	PORTARIA 1.555/13	300	fr			
36	Carbamazepina 200mg	PORTARIA 1.555/13	250.000	cpr			
37	Carbidopa/Levodopa 25/250 mg	MANDADO JUDICIAL	2.160	cpr			
38	Carbonato de Cálcio 500 mg	PORTARIA 1.555/13	25.000	cpr			
39	Carbonato de Lítio 300mg	PORTARIA 1.555/13	75.000	cpr			
40	Carvedilol 6,25 mg	PORTARIA 1.555/13	75.000	cpr			
41	Carvedilol 12,5 mg	PORTARIA 1.555/13	80.000	cpr			
42	Cefalexina 500 mg	PORTARIA 1.555/13	25.000	cpr			
43	Cefalexina Suspensão Oral 50mg/ml frs de 60 ml	PORTARIA 1.555/13	1.000	fr			
44	Ceftriaxona 1 g IM	PORTARIA 1.555/13	500	amp			
45	Cetoconazol 2% creme 30 g	PORTARIA 1.555/13	500	tb			
46	Ciprofloxacino 500 mg	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr			
47	Citalopram 20 mg cpr	PORTARIA 1.555/13	25.000	cpr			
48	Claritromicina 500mg	PORTARIA 1.555/13	2.000	cpr			
49	Clenil spray 250 mg	MANDADO JUDICIAL	10	unid			
50	Clomipramina 25 mg	PORTARIA 1.555/13	50.000	cpr			
51	Clonazepam 2mg	PORTARIA 1.555/13	150.000	cpr			
52	Clorpromazina 100mg cpr	PORTARIA 1.555/13	35.000	cpr			
53	Clorpromazina 25mg	PORTARIA 1.555/13	35.000	cpr			
54	Colecalciferol 10000UI	MANDADO JUDICIAL	192	cpr			
55	Deltametrina Loção 0,2 mg/ml 100 ml	PORTARIA 1.555/13	100	fr			
56	Deltametrina Xampu 0,2 mg/ml 100 ml	PORTARIA 1.555/13	100	frs			
57	Depakote 250 mg	MANDADO JUDICIAL	600	cpr			

58	Depokote ER 500 mg	MANDADO JUDICIAL	40	cpr			
59	Dexametasona Creme 0,1% 10 g	PORTARIA 1.555/13	2.500	tb			
60	Dexametasona Elixir 0,1 mg/ml 120 ml	PORTARIA 1.555/13	1.500	fr			
61	Diazepam 10mg	PORTARIA 1.555/13	50.000	cpr			
62	Diazepam 5 mg/ml sol. Inj. 2 ml	PORTARIA 1.555/13	50	amp			
63	Diclofenaco Sódico 50 mg	PORTARIA 1.555/13	10.000	cpr			
64	Diclofenaco dietilamonio 11,6 mg/g gel 60 g	PORTARIA 1.555/13	500	tubo			
65	Digoxina 0,25 mg	PORTARIA 1.555/13	10.000	cpr			
66	Diltiazem 60 mg	MANDADO JUDICIAL	720	cpr			
67	Dimeticona 75 mg/ml susp. Oral 15 ml	PORTARIA 1.555/13	2.000	fr			
68	Dipirona 500 mg/ml sol. Oral 10 ml	PORTARIA 1.555/13	2.000	fr			
69	DIPIRONA INJETAVEL 500 MG / ML	PORTARIA 1.555/13	100	cpr			
70	domperidona suspensão 1mg/ml	MANDADO JUDICIAL	300	frs			
71	Doxazosina 4 mg	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr			
72	duloxetina 60 mg	MANDADO JUDICIAL	600	cpr			
73	Ensure	MANDADO JUDICIAL	60	lts			
74	Entresto 97/103 mg	MANDADO JUDICIAL	1.440	cpr			
75	Epinefrina 1 mg/ml sol. Inj. 1 ml	PORTARIA 1.555/13	200	amp			
76	Escitalopram 10 mg	MANDADO JUDICIAL	300	cpr			
77	Escitalopram 20mg	MANDADO JUDICIAL	720	cpr			
78	ESCOPOLAMINA + DIPIRONA INJETAVEL 5 ML	PORTARIA 1.555/13	100	cpr			
79	Escopolamina 10 mg	PORTARIA 1.555/13	30.000	cpr			
80	Escopolamina 20 mg/ml sol. Inj. 5 ml	PORTARIA 1.555/13	100	amp			
81	ESPIRONOLACTONA 25 MG CPR	PORTARIA 1.555/13	50.000	cpr			
82	Fenitoina 100mg cpr	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr			
83	Fenobarbital 100mg cpr	PORTARIA 1.555/13	45.000	cpr			
84	Fenoterol 5 mg/ml frs 20 ml	PORTARIA 1.555/13	20	fr			
85	Fibrinolisina + desoxirribonuclease+cloranfenicol pomada 30 g	PORTARIA 1.555/13	1.000	tb			
86	Finasterida 5 mg	PORTARIA 1.555/13	7.500	cpr			
87	Fluconazol 150 mg	PORTARIA 1.555/13	1.200	cpr			
88	Flunarizina 10 mg	MANDADO JUDICIAL	360	cpr			
89	Fluoxetina 20mg	PORTARIA 1.555/13	150.000	cpr			
90	Fostair DPI	MANDADO JUDICIAL	12	UNID			
91	Fralda Geriatrica G	MANDADO JUDICIAL	10.000	UNID			
92	Fralda Geriatrica M	MANDADO JUDICIAL	2.500	UNID			
93	Fralda Geriatrica P	MANDADO JUDICIAL	2.500	UNID			
94	fralda Geriatrica XG	MANDADO JUDICIAL	2.500	UNID			
95	Furosemida 40 mg	PORTARIA 1.555/13	50.000	cpr			

96	FUROSEMIDA INJETAVEL 10 MG / ML	PORTARIA 1.555/13	100	cpr			
97	GalvusMet 50/1000 mg	MANDADO JUDICIAL	720	cpr			
98	Ginkgo Biloba 80 mg	PORTARIA 1.555/13	5.000	cpr			
99	Glicazida MR 60 mg	MANDADO JUDICIAL	720	cpr			
100	Glicose 50 % sol. Inj. 10 ml	PORTARIA 1.555/13	100	amp			
101	GLIMEPIRIDA 4 MG CPR	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr			
102	Haloperidol 1mg	PORTARIA 1.555/13	10.000	cpr			
103	Haloperidol 5 mg	PORTARIA 1.555/13	50.000	cpr			
104	Haloperidol Decanoato 70,52mg/ml	PORTARIA 1.555/13	5.000	amp			
105	Hepa Merz	MANDADO JUDICIAL	720	env			
106	Heparina 5000 UI/0,25 ml	PORTARIA 1.555/13	1.000	amp			
107	HIDROXIDO DE Alumínio 60 MG/ML	PORTARIA 1.555/13	1.000	FRS			
108	Humalog 10 ml	MANDADO JUDICIAL	60	frs			
109	Ibuprofeno 50 mg/ml susp.oral 30 ml	PORTARIA 1.555/13	2.000	fr			
110	Ibuprofeno 600 mg	PORTARIA 1.555/13	150.000	cpr			
111	Imipramina 25mg	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr			
112	Insulina Aprida caneta	MANDADO JUDICIAL	140	UNID			
113	Insulina Tresiba caneta	MANDADO JUDICIAL	120	unid			
114	Ipratrópio 0,25 MG/ML	PORTARIA 1.555/13	20	fr			
115	Isossorbida 20mg	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr			
116	Isossurce 1,5 Kcal	MANDADO JUDICIAL	240	lts			
117	Jardiance 25 mg	MANDADO JUDICIAL	180	cpr			
118	Lacosamida 100 mg	MANDADO JUDICIAL	1.080	cpr			
119	Lamotrigina 100 mg	MANDADO JUDICIAL	5.000	cpr			
120	LANCETAS PARA TESTE GLICEMIA	PORTARIA 1.555/13 GLICEMIA	40.000	UNID			
121	Lantus 10 ml	MANDADO JUDICIAL	120	frs			
122	Lantus Solo Star	MANDADO JUDICIAL	300	unid			
123	Letrozol 2,5 mg	MANDADO JUDICIAL	150	cpr			
124	Levodopa+ Benzerasida 250 mg	PORTARIA 1.555/13	35.000	cpr			
125	Levomepromazina 100mg	PORTARIA 1.555/13	40.000	cpr			
126	Levomepromazina 25mg	PORTARIA 1.555/13	35.000	cpr			
127	Levomepromazina 40mg/ml sol. Oral 20 ml	PORTARIA 1.555/13	300	fr			
128	Levotiroxina 100mcg	PORTARIA 1.555/13	40.000	cpr			
129	Levotiroxina 25mcg	PORTARIA 1.555/13	80.000	cpr			
130	Levotiroxina 50mcg	PORTARIA 1.555/13	75.000	cpr			
131	Lidocaína gel 20 mg/g 30 g	PORTARIA 1.555/13	500	tb			
132	Metildopa 250 mg	PORTARIA 1.555/13	30.000	cpr			
133	Metilfenidato (Ritalina) 10mg cpr	PORTARIA 1.555/13	6.000	cpr			
134	Metoclopramida 10 mg	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr			
135	METOCLOPRAMIDA INJETAVEL 10 MG /2 ML	PORTARIA 1.555/13	100	cpr			
136	Metoprolol 25mg	MANDADO JUDICIAL	300	cpr			

137	Metronidazol 100 mg/g creme vaginal 50 g	PORTARIA 1.555/13	500	tb			
138	Metronidazol 40 mg/ml Suspensão Oral	PORTARIA 1.555/13	100	fr			
139	Mezalazina 800 mg	MANDADO JUDICIAL	600	cpr			
140	Milnutri	MANDADO JUDICIAL	60	lts 800 g			
141	Modulen	MANDADO JUDICIAL	24	lts			
142	Montucaste 4 mg	MANDADO JUDICIAL	1.200	sache			
143	Neocate LCP	MANDADO JUDICIAL	500	lts			
144	Neomicina + Bacitracina 5+250 mg+UI/g pomada 15 g	PORTARIA 1.555/13	2.000	tb			
145	Nimodipino 30 mg	PORTARIA 1.555/13	20.000	cpr			
146	Nistatina 25000 ui creme vaginal	PORTARIA 1.555/13	1.000	tb			
147	Nitrazepam 5 mg	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr			
148	Nortriptilina 25mg	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr			
149	Omeprazol 20 mg	PORTARIA 1.555/13	150.000	cpr			
150	Optive UD	MANDADO JUDICIAL	5	unid			
151	oxcarbazepina 300 mg	MANDADO JUDICIAL	3.000	cpr			
152	Oxiberry	MANDADO JUDICIAL	450	env			
153	Oxido de zinco +Vitamina A+D pomada 45 g	PORTARIA 1.555/13	12.000	tb			
154	Pantoprazol 20 mg	MANDADO JUDICIAL	360	cpr			
155	Paracetamol + Codeína 500+30 mg cpr	PORTARIA 1.555/13	20.000	cpr			
156	Paracetamol 200 mg/ml sol. Oral 15 ml	PORTARIA 1.555/13	1.500	fr			
157	Paracetamol 500 mg cp	PORTARIA 1.555/13	75.000	cpr			
158	Patanol S	MANDADO JUDICIAL	30	frs			
159	Pediasure	MANDADO JUDICIAL	72	lts			
160	Periciazina 1%	PORTARIA 1.555/13	100	fr			
161	Periciazina 4%	PORTARIA 1.555/13	100	fr			
162	Pioglitazona 30 mg	MANDADO JUDICIAL	300	cpr			
163	Pioglitazona 45 mg	MANDADO JUDICIAL	300	cpr			
164	Prednisolona 3mg/ml	PORTARIA 1.555/13	1.000	fr			
165	PREDNISONA 20 MG CPR	PORTARIA 1.555/13	20.000	cpr			
166	PREDNISONA 5 MG CPR	PORTARIA 1.555/13	10.000	cpr			
167	pregabalina 150 mg	MANDADO JUDICIAL	360	cpr			
168	Pregabalina 75 mg	MANDADO JUDICIAL	1.200	cpr			
169	PROLOPA HBS 100/25 MG	MANDADO JUDICIAL	360	cpr			
170	Prometazina 25mg cp	PORTARIA 1.555/13	50.000	cpr			
171	PROMETAZINA INJETAVEL 50 MG / 2 ML	PORTARIA 1.555/13	100	cpr			
172	Protetor solar FPS 50	PORTARIA 1.555/13	200	fr			
173	risperidona 2 mg	MANDADO JUDICIAL	1.000	cpr			
174	RIVAROXABANA 20 MG	MANDADO JUDICIAL	3.000	cpr			
175	RIVAROXABANA 15 MG	MANDADO JUDICIAL	600	cpr			
176	Sais para Reidratação Oral sache com 27,9 g	PORTARIA 1.555/13	1.000	sache			

177	Sertralina 50mg cpr	PORTARIA 1.555/13	200.000	cpr			
178	Silimarina 100 mg	PORTARIA 1.555/13	10.000	cpr			
179	Silimarina 200 mg	PORTARIA 1.555/13	10.000	cpr			
180	SINVASTATINA 20 MG CPR	PORTARIA 1.555/13	80.000	cpr			
181	SINVASTATINA 40 MG CPR	PORTARIA 1.555/13	50.000	cpr			
182	Somalgim Cardio 100 mg	MANDADO JUDICIAL	360	cpr			
183	Sulfamet + Trimetr 400/80 mg	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr			
184	Sulfamet + Trimetr Suspensão 40+8 mg/ml 100 ml	PORTARIA 1.555/13	150	fr			
185	Sulfato Ferroso 109 mg cpr	PORTARIA 1.555/13	40.000	cpr			
186	Sulfato Ferroso 125 mg/ml Solução oral 30 ml	PORTARIA 1.555/13	600	fr			
187	SUMAX PRO 50 MG	MANDADO JUDICIAL	360	cpr			
188	SUPRA Soy (sem Sabor)	MANDADO JUDICIAL	60	lts			
189	Sustagem adulto	MANDADO JUDICIAL	60	lts			
190	Sustrate 10 mg	MANDADO JUDICIAL	2.000	cpr			
191	Tadalafila 20 mg	MANDADO JUDICIAL	720	cpr			
192	Tansulosina 0,4 mg	PORTARIA 1.555/13	5.000	cpr			
193	Tiamina 300mg cpr	PORTARIA 1.555/13	30.000	cpr			
194	Tioridazina 100 mg	PORTARIA 1.555/13	5.000	cpr			
195	CANCELADO						
196	Topiramato 100 mg	MANDADO JUDICIAL	1.200	cpr			
197	Tramadol 50 mg cpr	PORTARIA 1.555/13	15.000	cpr			
198	Venalot	MANDADO JUDICIAL	3.000	cpr			
199	Venlafaxina 75 mg	PORTARIA 1.555/13	50.000	CPR			
200	xingoduo 10/1000 mg	MANDADO JUDICIAL	360	cpr			
201	Zetsin 10mg+20 mg	MANDADO JUDICIAL	360	cpr			
					Tota I	R\$...	

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

DECLARAÇÕES

1 - Declaro que todos os medicamentos ofertados atendem a todas as características e exigências do Edital, em especial do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA e que são novos, sem uso e não são, de forma nenhuma, resultado de acondicionamento, reaproveitamento.

2 - Declaro que, se vencedora desta licitação, comprometo-se a entregar seu objeto dentro das condições, quantitativos e especificações e prazos estabelecidos neste Edital e no seu ANEXO I, sem a necessidade de aquisição de acessórios ou materiais suplementares;

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Anexo I, deste Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

60 (sessenta) dias, a contar da data.

 EMPRESA
Representante Legal

Dados do representante da empresa que assinará o CONTRATO e o TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO , conforme consta no contrato social ou procuração:	
Nome:	
Identidade nº/Órgão expedidor:	
CPF nº	
RG nº	
Data de Nascimento	
Endereço residencial	
Cargo do Representante Legal da empresa	

OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020

ANEXO III

**TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA
BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL**

Natureza do Licitante (Pessoa Física ou Jurídica)	
Razão Social:	
Ramo de Atividade:	
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	CNPJ:
Telefone Comercial:	Inscrição Estadual:
Representante Legal:	RG:
E-mail:	CPF:
Telefone Celular:	
Whatsapp:	
Resp. Financeiro:	
E-mail Financeiro:	Telefone:
E-mail para informativo de edital	
ME/EPP:(<input type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) Não	

1. Por meio do presente Termo, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema de Pregão Eletrônico da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

- i. Tomar conhecimento de, e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto no Estatuto Social e nas demais normas e regulamentos expedidos pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo III.1
- v. Pagar as taxas pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da BLL -Bolsa de Licitações do Brasil.

4. O Licitante autoriza a BLL – Bolsa de Licitações do Brasil a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

5. O presente Termo é por prazo indeterminado podendo ser rescindido, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios realizado e/ou em andamento.

O Licitante assume a responsabilidade de pagamento dos valores devidos até a data da última utilização do Sistema, e/ou até a conclusão dos negócios em andamento. Responsabilizando-se pelas informações prestadas neste Termo, notadamente as informações de cadastro, alterações contratuais e/ou de usuários do Sistema, devendo, ainda, informar a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil qualquer mudança ocorrida.

Local e data: _____

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ÚLTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).

PREGÃO ELETRONICO Nº 03/2020
ANEXO III.1
ANEXO AO TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL
INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA

Razão Social do Licitante:		
CNPJ/CPF:		
Operadores		
1	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	
2	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	
3	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	

O Licitante reconhece que:

- i. A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- ii. O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- iii. A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil para o necessário bloqueio de acesso;
- iv. O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento das taxas ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Local e data: _____

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020
ANEXO IV

CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

SOMENTE PARA O FORNECEDOR VENCEDOR:

Editais publicados pelo sistema de aquisição:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do item adjudicado, com vencimento em 45 dias após a adjudicação – limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por item adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL -Bolsa de Licitações do Brasil.

Editais publicados pelo sistema de registro de preços:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do item adjudicado, com vencimento parcelado em parcelas mensais (equivalentes ao número de meses do registro) e sucessivas com emissão do boleto em 60(sessenta) dias após a adjudicação – com limitação do custo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por item adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL -Bolsa de Licitações do Brasil.

O não pagamento dos boletos acima mencionados sujeitam o usuário ao pagamento de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Em caso de cancelamento pelo órgão promotor (comprador) do pregão realizado na plataforma, o licitante vencedor receberá a devolução dos valores eventualmente arcados com o uso da plataforma eletrônica no respectivo item cancelado.

DA UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS DE APOIO (CORRETORAS) ASSOCIADAS

A livre contratação de sociedades CÉLULAS DE APOIO (corretoras) para a representação junto ao sistema de PREGÕES, não exime o licitante do pagamento dos custos de uso do sistema da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil. A corretagem será pactuada entre os o licitante e a corretora de acordo com as regras usuais do mercado.

DAS RESPONSABILIDADES COMO LICITANTE/FORNECEDOR

Como Licitante/Fornecedor, concordamos e anuímos com todos termos contidos neste anexo e nos responsabilizamos por cumpri-lo integralmente em seus expressos termos.

Local e data: _____

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ÚLTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020
ANEXO V**

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____, sediada.

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº _____ instaurada pela Prefeitura Municipal de Itararé que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____, sediada

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente, assinada pelo representante legal e carimbada com o número do CNPJ.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020

ANEXO VII

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____, sediada

(Endereço Completo)

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao art. 27 da Lei Federal nº 8666/93.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.

1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente, assinada pelo representante legal e carimbada com o número do CNPJ.

2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

ANEXO VIII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020

DECLARAÇÃO

Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. (Na hipótese do licitante ser ME ou EPP)

(Nome da empresa), CNPJ / MF nº _____, sediada (endereço completo) Declaro(amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão, que estou (amos) sob o regime de ME/EPP, para efeito do disposto na LC 123/2006

Local e data

Nome e nº da cédula de identidade do declarante

OBS.

1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente, assinada pelo representante legal e carimbada com o número do CNPJ.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital do Pregão Eletrônico Nº 003/2020 da Prefeitura Municipal de Itararé, que a empresa.....tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer os medicamentos dentro da qualidade exigida, sob as penas da Lei.

Local e data:

Assinatura e carimbo da empresa:

OBS.

1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente, assinada pelo representante legal e carimbada com o número do CNPJ.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020

ANEXO X

DECLARAÇÃO

(Razão Social) _____

CNPJ/MF Nº _____

Sediada _____

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 003/2020, instaurado pelo Município de Itararé, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Data _____

Local _____

Nome do declarante _____

RG _____

CPF _____

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente, assinada pelo representante legal e carimbada com o número do CNPJ.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020
ANEXO XI
MINUTA DE CONTRATO**

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARARÉ E A EMPRESA

A Prefeitura Municipal de Itararé, doravante denominada **CONTRATANTE** neste ato representada pelo....., portador do documento de identidade n.º RG nº, CPF nº, e a empresa, inscrita no CNPJ-MF sob o nº, com endereço a Rua, –, Município de - SP, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por, portador da carteira de identidade nº, CPF nº, conforme consta na Procuração, firmam o presente termo de contrato, cuja celebração foi autorizada às fls. do processo administrativo nº 27/2020 concernente à Licitação nº 03/2020, na modalidade Pregão Eletrônico. Os contraentes enunciam as seguintes cláusulas e condições que regerão o contrato em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, doravante denominada Lei, que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações.

CLÁUSULA PRIMEIRA (DO OBJETO) – O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de medicamentos (Portaria 1.555/13, Remume e Mandado Judicial), conforme quantidades e especificações mínimas constantes abaixo e no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA** do Edital do Pregão Eletrônico nº 03/2020, que integram este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais:

Item	Descrição	Qtde	UNID	V. Unit	V. Total	Marca
1	UNID			
2	UNID			
					R\$...	

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica designada como gestora do contrato e responsável pelos recebimentos a funcionária, Srª Camila de Fázio Holtz de Freitas, Farmacêutica, CPF 290.194.108-73 a qual acompanhara e fiscalizara a execução do Processo nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA (DO PRAZO E LOCAL DA ENTREGA) – Os medicamentos (objetos desta licitação) deverão ser entregues parceladamente no Centro de Abastecimento Farmacêutico (CAF), na Rua João Ghizzi, 513, Centro, em Itararé - SP, de segunda a sexta, no horário das 08h00min às 16h00min, no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos a partir da data do pedido.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A entrega deverá ser realizada de acordo as condições e especificações mínimas indicadas no Anexo I - Termo de Referência do Edital e na Proposta apresentada pela Contratada, correndo por conta desta o transporte, em geral, o descarregamento, os tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e as contribuições de qualquer natureza que se façam necessárias à perfeita execução contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Não serão aceitos no momento de entrega, avarias de qualquer tipo, bem como não serão aceitos apresentarem danos aparentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Contratada ficará obrigada a trocar ou reparar, as suas expensas, o medicamento que vier a ser recusado, sendo que o ato do recebimento provisório não implica na aceitação definitiva do objeto.

PARÁGRAFO QUARTO- Constatadas irregularidades no objeto, a Contratante, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

- a) Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Edital, determinando sua substituição;
- b) Determinar sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes.

PARÁGRAFO QUINTO - As irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento pela CONTRATADA da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado.

CLÁUSULA TERCEIRA (DO VALOR) – O valor global deste contrato é de R\$ (.....), conforme proposta da **CONTRATADA** constado em ata e juntada no Processo, correspondendo ao objeto e valores unitários definidos na cláusula primeira e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Sexta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os preços contratados permanecerão fixos e reajustáveis, salvo hipótese de quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, para mais ou para menos, em virtude de alterações dos preços de mercado, desde que requisitado formalmente pela parte interessada, a qual deverá apresentar documentação comprobatória da necessidade do ajuste, nos termos do art. 65, II, “d” da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No caso de o realinhamento ser pleiteado pela **CONTRATADA**, o mesmo deverá ser efetuado através de requerimento, protocolizado no setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Itararé, ao qual deverá ser juntada planilha de custos, contendo o preço anterior e os preços atuais do medicamento, anexando documentação fiscal comprobatória.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso o pedido de realinhamento indicado na subcláusula anterior não disponha de elementos suficientes para sua análise e conseqüente concessão, e venha a ser indeferido, não será motivo para a interrupção o fornecimento, sujeitando à Contratada à aplicação das penalidades previstas neste contrato.

CLÁUSULA QUARTA (DA DESPESA) – A despesa correrá pelas seguintes Dotações Orçamentárias: 498.02.301.28, 595.09.304.1 Federal Fundo a Fundo, 497.02.304.03 Estadual, 496.03.310.00 Municipal e 496.02.300.116 Municipal.

CLÁUSULA QUINTA (DO PAGAMENTO) – Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a apresentação das notas fiscais devidamente conferidas e assinadas pelo Secretário da pasta, com o respectivo empenho elaborado pelo setor de contabilidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os pagamentos serão feitos através de crédito somente em **conta corrente da empresa (Pessoa Jurídica)** a ser fornecida pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Deverá constar obrigatoriamente na Nota Fiscal: “**Pregão Eletrônico 03/2020**”, bem como o número do pedido da compra.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades assumidas na forma deste contrato, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva do objeto executado.

PARÁGRAFO QUARTO - Em nenhuma hipótese e em tempo algum poderá ser invocada qualquer dúvida quanto aos preços cotados, para modificação ou alteração dos preços propostos.

PARÁGRAFO QUINTO - Caso o pagamento não seja efetuado no vencimento pela falta do documento que deveria ter sido fornecido pela Contratada, e isso motivar a paralisação do fornecimento, esta incorrerá nas penalidades previstas neste edital, e não será paga nenhuma atualização de valor.

PARÁGRAFO SEXTO - Correrá por conta exclusiva da contratada:

- a) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação;
- b) contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguros e acidentes pessoais, taxas, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Sendo constatado erro na nota fiscal, esta não será aceita e o pagamento ficará retido e seu prazo suspenso, até que seja providenciada a correção, contando-se o prazo estabelecido nesta cláusula, a partir da data de sua reapresentação.

PARÁGRAFO OITAVO - A devolução da fatura não aprovada em hipótese alguma servirá de pretexto para que a contratada suspenda a execução do contrato, bem como para aplicação de multas, juros e correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA (DA VIGÊNCIA) - O contrato terá vigência de **12 (doze) meses** a contar da sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA (DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA) – São obrigações da **CONTRATADA**:

I - Fornecer os medicamentos dentro dos padrões de qualidade constantes deste Contrato, no Edital do Pregão Eletrônico nº 03/2020 e seus Anexos e das exigências legais aplicáveis, com prazos de validade em vigor.

II - Entregar medicamentos novos e acondicionados adequadamente em suas embalagens originais, em estrita conformidade com as disposições deste edital e seus anexos e com os termos da proposta de preços, e nas normas técnicas aplicáveis, em especial da ANVISA.

III - Substituir os medicamentos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou porventura seja entregue com defeitos ou imperfeições;

IV - Obedecer aos prazos de entrega estipulados na Cláusula Segunda. Caso tal entrega não seja feita dentro do prazo, a Contratada ficará sujeita à multa estabelecida neste contrato;

VI - Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

VI - Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de idoneidade e habilitação exigidas nesta licitação.

VII - Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

CLÁUSULA OITAVA (DAS PENALIDADES) – À **CONTRATADA**, total ou parcialmente inadimplente, poderão ser aplicadas as sanções previstas nos Arts. 86 e/ou impedimento de licitar e contratar com o Município de Itararé pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal 10.520/02.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A penalidade de multa, estabelecida no Parágrafo Segundo desta cláusula, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face da **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O **atraso injustificado na entrega**, sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará o contratado à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:

- a) atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia;
- b) atraso superior a 30 (trinta) dias: estará caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, salvo disposição em contrário, em casos particulares, previstos no contrato, sujeitando-se à aplicação das penalidades previstas no próximo parágrafo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Pela **inexecução total ou parcial da entrega**, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:

- a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; e/ou;
- b) impedimento de licitar e contratar com o Município de Itararé pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal 10.520/02.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

PARÁGRAFO QUINTO – As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da **CONTRATADA** por danos causados à **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEXTO - O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação do interessado.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.

CLÁUSULA NONA (DA RESCISÃO) – O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no Art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela Lei e no Edital.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o direito à prévia e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA (DA CESSÃO OU DA TRANSFERÊNCIA) – O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (DAS RESPONSABILIDADES) – A **CONTRATADA** assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações **CONTRATADAS**. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros na execução deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA (DOS TRIBUTOS E DESPESAS) – Constituirá encargo exclusivo da **CONTRATADA** o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA (DA PUBLICIDADE DO CONTRATO) – Até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura do presente contrato, a **CONTRATANTE** providenciará sua publicação resumida na Imprensa Oficial, para ocorrer no prazo de vinte dias, daquela data, como condição indispensável para sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA (DO FORO) – O Foro do contrato será o da Comarca de Itararé/SP, excluído qualquer outro.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Itararé,de de 2020

 Empresa
 Representante

Testemunhas:

 Nome

 Ass.

 CPF

 Nome

 Ass.

 CPF

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020
ANEXO XII - CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS**

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARARÉ

CONTRATADA:

CONTRATO Nº:

OBJETO: Aquisição de medicamentos (Portaria 1.555/13, Remume e Mandado Judicial)

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraíndo cópias das de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular manifestações cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RG: _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____
Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
RG: _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____
Assinatura: _____

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

PROCESSO Nº 27/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS (PORTARIA 1.555/13, REMUME E MANDADO JUDICIAL)